

Notícias da Justiça e do Direito nos jornais deste domingo

21/12/2008

O próximo presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, desembargador Luiz Zveiter, pretende abrir novas varas criminais depois que assumir o cargo. Por questões de segurança, o desembargador pretende levar para o Fórum Central as varas criminais regionais. Reportagem do jornal **O Globo** informa que nos fóruns regionais, ficarão apenas os Juizados Especiais Criminais que concentram processos relacionados a crimes de menor potencial.

Zveiter também afirmou que, em casos de repercussão, o juiz tem de considerar somente as informações que estão nos autos. Para o desembargador, a liberação de acusados não pode ser creditada ao Judiciário. As condenações vão aumentar quando houver maior qualidade das provas. “Cada um tem que assumir sua responsabilidade. O Judiciário é lento, mas quem faz a lei não é o Judiciário, quem colhe a prova não é o juiz. Em determinados casos, vou chamar a imprensa e dizer: a culpa é da Polícia. Mas quando for culpa nossa, assumimos a responsabilidade e cortamos na carne”, promete.

Progamação nacional

Além da polêmica do projeto de lei que cria tempo mínimo de programação nacional para a TV por assinatura, outra questão tem sido muito debatida: a liberação das operadoras de telefonia para atuar no mercado de TV por assinatura. O PL 29 foi proposto, originalmente, pelo deputado federal Paulo Bornhausen (DEM-SC), em 2007. Reportagem do jornal **Folha de S. Paulo** informa que o projeto recebeu acréscimos de outros parlamentares e foi relatado na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática pelo deputado Jorge Bittar (PT-RJ). Há duas semanas, recebeu apoio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

De acordo com relatório de Bittar, as programadoras de TV paga deverão reservar 10% do tempo total veiculado em horário nobre para produções nacionais e independentes de séries, filmes e documentários. O objetivo é garantir não só a veiculação de produtos nacionais, mas também de material que seja produzido por empresas distintas das próprias programadoras e transmissoras, ou seja, feito pelos chamados produtores independentes.

Terra de quilombo

A União terá de proceder à imediata titulação das terras ocupadas tradicionalmente pelas 102 famílias da comunidade quilombola do Ivaporunduva, em Eldorado (SP). A decisão é do Tribunal Regional Federal da 3ª Região. A União terá prazo de 30 dias após a publicação da decisão para providenciar o registro do imóvel e posteriormente entregar os títulos de propriedade às famílias. As informações são do **Estado de S. Paulo**.

Informações nas urnas



As urnas eletrônicas, para as eleições majoritárias de 2010, vão apresentar os nomes e as fotos do candidato à vice-presidente da República e dos suplentes de senadores. Além disso, antes de confirmar as escolhas, o eleitor visualizará um quadro-resumo de seus votos, para uma última checagem. Para o presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Carlos Britto, a medida é mais um passo para dar total visibilidade e transparência ao eleitor dos candidatos que disputam a eleição. As informações são do **Estadão**.

Suplentes no Congresso

No início de 2009, 18 novos deputados assumem o mandato na Câmara no lugar de parlamentares eleitos na última eleição municipal. Levantamento da **Folha** revela que, dos 18 suplentes, pelo menos nove têm problemas na Justiça. O número pode ser maior, já que os dados foram coletados apenas nos tribunais superiores. O jornal lembra que ninguém é culpado até que a decisão que o condenou tenha transitado em julgado. Os suplentes alegam, em sua maioria, perseguição política e dizem que os casos não têm nenhuma relação com o desempenho deles no Congresso.

Operação Sanguessugas

O Ministério Público Federal em Alagoas denunciou o ex-deputado João Caldas, a assessora parlamentar Christiane Araújo de Oliveira e os empresários Darci Vedoin e Luiz Antonio Vedoin. Caldas é acusado de desvio de recursos do Orçamento da União destinados à aquisição de ambulâncias e equipamentos hospitalares, por meio de licitações fraudadas. A informação é do **Estadão**.

Fonte: https://conjur.jumps.com.br/2008-dez-21/noticias_justica_direito_jornais-15/